

**PRIMEIRO DE MAIO: UM DIA, MUITAS HISTÓRIAS... APROPRIAÇÕES E
SIGNIFICADOS DO DIA DO TRABALHADOR EM FORTALEZA (1979-92)**

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins

Mestrado em história Social - UFC

Nosso trabalho objetiva fazer uma reconstrução da memória dos atos de Primeiro de Maio realizados em Fortaleza no período da chamada “abertura políticaⁱ”, acentuada em 1979, com a ascensão dos movimentos sociais brasileiros, até o último ano do conturbado governo Collor, em 1992, pretendendo analisar como foi constituída a visão e o significado do Primeiro de Maio para classe trabalhadora urbana da capital cearense.

Contudo, é mister justificarmos nosso trabalho no sentido de um *reconhecimento do direito ao passadoⁱⁱ* das classes trabalhadoras cearenses. Relembrar o Primeiro de Maio é tentar abordar uma página ainda em branco de nossa historiografia, que se trata do estudo dos movimentos sociais do final da década de 70.

Buscaremos saber como os trabalhadores construíram um dia do trabalhador fora da ordem dominante, isto é, diametralmente oposto ao Primeiro de Maio que ocorrera no período da ditadura militar.

Olhar uma trajetória dos atos de Primeiro de Maio, como é o nosso caso, deve abranger toda uma gama de *experiências* dos trabalhadores, dos *novos personagensⁱⁱⁱ* que entraram em cena no final da década de 70, (dos movimentos de bairro “conta a carestia” aos filiados às Centrais Sindicais), das vitoriosas às derrotadas.

Analisar um período bastante rico em nossa história política, que foi o da chamada “abertura política”, acentuada em 1979, até o processo do “Fora Collor” em 1992, temos

uma responsabilidade, não de dar “voz aos vencidos”, mas de tentar abranger da melhor forma possível, toda uma gama de atores sociais, organizados ou não em entidades, com seus respectivos projetos em constante disputa, não só pelo eixo programático do Primeiro de Maio, mas também pelos seus significados, até porque seria uma tolice infantil imaginarmos uma homogeneidade de concepções acerca do dia do Trabalhador.

Quanto a história mais recente do Primeiro de Maio no Brasil, podemos dizer que nos anos do golpe, principalmente de 1968 a 1978, observou-se o desejo das elites em mascarar, e porque não dizer, anular os sentidos da comemoração do Primeiro de Maio.

O que ocorria era um dia de apologia ao trabalho, ao labor e ao crescimento econômico do país^{iv}. Era tão somente uma alusão ao trabalhador, sem considerá-lo como ser político, mas sim, como integrante do universo da produção de riqueza, como um colaborador do país^v. *Afinal, a consolidação do regime militar no início da década se fazia sobre a pulverização e o silêncio dos movimentos sociais,*^{vi} e por essa razão, o “Dia do Trabalho” caracterizava-se por uma simples festa ao trabalhador, vigiada e policiada pelas forças controladoras do poder dominante tais como: a Delegacia Regional do Trabalho, Polícia, Exército etc.

No final dos anos 70, os movimentos sociais, organizados fora da esfera sindical, que se encontrava viciada pelo assistencialismo governamental, começam a agir em torno de manifestar sua opinião em oposição ao governo. Exemplo cabal foram os movimentos contra os preços altos, a atuação da esquerda católica, e as primeiras greves no ABC paulista.

O regime militar já não conseguira reprimir com o êxito de outrora esse crescimento dos movimentos sociais, chegava a hora da abertura. E foi a partir desses novos atores sociais, que o primeiro de maio ganhou outra conotação, por exemplo:

(...) em 1980, em São Bernardo, assiste-se à “festa” que atesta uma nova identidade operária emergente no país, capaz de articular hegemonicamente

outros setores da sociedade. (...) a partir daí, verifica-se uma constante preocupação de resgatar esta tradição do primeiro de maio, reatualizando a data em função das novas temáticas colocadas pelo presente, sem perder esta ligação simbólica com um passado cada vez revisitado^{vii}

Não era mais um dia dedicado ao trabalho, mas sim, ao trabalhador, e nossa indagação gira em torno de como os trabalhadores reconstruíram o Primeiro de Maio a partir da noção de *festa como lugar de memória*^{viii}. Que significados essa data representava? Até que ponto o Primeiro de Maio foi responsável por um novo *autofazer-se*, ou melhor por um *(re)fazer-se* da classe trabalhadora?

Nesse sentido, se, como afirma THOMPSON:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus^{ix}.

E sua respectiva formação, segundo BATALHA consiste:

[num] (...) processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas, de classe, tornam-se uma realidade^x.

Podemos presumir, portanto, que as *experiências* dos trabalhadores tentando resistir à ditadura, às condições difíceis herdadas com as desastrosas políticas econômicas oriundas do golpe de 64. E, a partir daí, esses homens e mulheres unem-se em torno dessa indignação, lutam contra a dura vida dos anos 70, conseqüentemente, através dessa luta de classe, a classe trabalhadora vai se *re-formando* como classe, pelo visto:

(...) se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON 1987:12)

Pensando o Primeiro de Maio como uma instituição colaboradora dessa reformação de

classe, seus rituais:

(...) representavam essencialmente auto-afirmação e definições próprias de uma nova classe através da organização de classe; e, no meio dela, de um grande quadro de militantes saídos daquela classe ou identificados com ela, afirmando sua própria capacidade de organizar, de fazer política, tão bem como a velha elite, de demonstrar sua própria ascensão através da ascensão de sua classe^{xi}.

O Primeiro de Maio, ao ser tratado como um evento repetido anualmente, uma instituição operária, (pois foi *formado* (resignificado) e *transmite valores* e símbolos para e pelos trabalhadores), retoma sua autonomia no processo de abertura política. Sendo assim, pressupomos, responsável, de algum modo, pela reformação da classe trabalhadora. E também, de forma dialética, como um reflexo dessa *reforma*ção de classe, até porque:

Um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural^{xii}

Um dos objetivos de nossa pesquisa buscará saber que simbologia marcava essa data à *consciência* (não no sentido da *falsa* ou *verdadeira*), *de classe* do trabalhador e à sua *cultura* na conjuntura política brasileira na transição do regime ditatorial para o democrático-representativo. A respeito da categoria consciência, HARDMAN coloca que:

A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência da ideologia, mas, concreta e *materialmente*, pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos etc.) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado. Isto é, a formação e o desenvolvimento das formas assumidas pelo coletivo da classe operária realizam-se no interior do processo de luta de classes^{xiii}

A consciência de classe está enraizada na experiência dos trabalhadores lutando

contra seus adversários, formando e re-formando instituições como em nosso caso, o Primeiro de Maio, que vai adquirindo e transmitindo valores da classe, formando e refletindo essa formação da consciência de classe para a própria classe.

Não podemos deixar de destacar que as questões da conjuntura nacional interferem localmente, questões da “grande política”, isto é, das disputas pelo poder institucional, não podem ser deixadas de lado para uma compreensão mais aprofundada dos sentidos políticos do Primeiro de Maio. É, portanto, necessário um estudo dos acontecimentos político-econômicos brasileiros a fim de que possamos interlocar vários temas que nortearam a vida dos trabalhadores, como por exemplo, as épocas de maior inflação, o movimento das “Diretas Já”, a elaboração da Constituição de 1988, a ferrenha oposição ao Governo Sarney, as esperanças e desilusões das eleições gerais de 1989, e da luta contra o governo resultando o “Fora Collor”.

Esses acontecimentos interferem na vida das pessoas comuns. GINZBURG advoga dessa idéia ao sugerir aos historiadores que:

(...) olhem para as classes populares e reflitam sobre o peso que nelas exerceram as decisões políticas conscientes, sobre a maneira como elas foram moldadas por aquelas decisões. Por isso é algo que me fascina: entender como um simples evento pode mudar a sociedade^{xiv}

Todos esses fenômenos sócio-políticos da conjuntura nacional, e mais outros^{xv}, direcionaram a política do Primeiro de Maio. Então, de que formas os trabalhadores utilizaram seu espaço para exprimirem suas posições e enfrentamentos contra os governos nas 3 esferas de poder institucional.

Sobre o aspecto cultural no Primeiro de Maio. Será que a cultura dos operários daquele momento histórico foi levada em consideração pelos sindicalistas ao planejarem e executarem o Primeiro de Maio na capital cearense?

Esta questão gira em torno do porque, apesar da conjuntura política dos anos 80

tender a ser favorável às mobilizações populares, os movimentos sociais não conseguiram uma grande adesão dos trabalhadores no Primeiro de Maio?^{xvi} Por exemplo, será que a estratégia dos sindicalistas na organização dos atos de Primeiro de Maio, talvez com a idéia um pouco presunçosa de saber o que é bom para a classe, bem ao estilo dos tradicionais defensores da “vanguarda operária” ao imaginarem, numa concepção leninista que:

O proletariado não é uma classe revolucionária; é apenas reformista (“trade-unionista”). A consciência revolucionária é introduzida no proletariado “de fora”, pelos ideólogos socialistas que, enquanto tais, provêm da burguesia (CASTORIADIS,1985:49)

Talvez o formato dos atos não fosse identificado com a cultura do trabalhador comum e este, não compareceu a sua comemoração numa *tática* de não concordância com as direções sindicais. Deste modo, até que ponto o trabalhador pôde realmente participar na organização da sua própria festa? Tem-se visto um comportamento, ainda comum no movimento sindical, de um certo tipo de “patrulhamento ideológico” da chamada direção contra a base, pois:

sempre que resolveram meter o bedelho no plano da criação artística e da produção cultural, em nome dos nobres desígnios da “revolução ideológica” ou “cultural” e da propaganda socialista, o tiro saiu pela culatra (HARDMAN 2002:30)

A partir do momento que uma instituição autoproclamando-se defensora de uma classe limita a ação de seus membros, faz o mesmo papel de um burguês contra o proletário dentro de uma fábrica. É sobre esta questão que tentaremos discutir em nossa dissertação.

Outro locus de entendimento do Primeiro de Maio diz respeito às localizações dos atos. Através do estudo das fontes hemerográficas, constatamos a falta de um local fixo dos atos de Primeiro de Maio em Fortaleza. Identificamos alguns locais-chave dos atos, são eles: *Teatro José de Alencar, çã José de Alencar, Praça do Ferreira e Praça do Carlito Pamplona e Praia da Barra do Ceará.*

Com o afrouxamento gradual do regime, nos anos de 84 e 85, por exemplo, as

aparições sindicais puderam ocorrer em praças de grande movimentação, notadamente, as praças do Ferreira (1984) e José de Alencar (1985). a luta por esses espaços públicos significou um avanço nas lutas dos trabalhadores, pelo visto:

parece não haver dúvida de que o processo de conquista dos espaços públicos e ao ar livre por esse tipo de acontecimento foi um longo capítulo no processo de luta de classes e de posição de fora do movimento operário (HARDMAN 2002:53)

Parece-nos que há uma tentativa da utilização de locais de tradicional aglomeração de pessoas, como as Praças do Ferreira e José de Alencar, localizadas no Centro Histórico de Fortaleza, que ao longo dos anos, foram marcados pelos grandes protestos e eventos na cidade, equipamentos urbanos consagrados na cultura da cidade como “espaços do povo”, pois *a conquista de lugares públicos pela classe operária foi um árduo percurso de seu movimento*^{xvii}. Espaços esses onde a classe trabalhadora encontra seu ambiente cotidiano de compras, encontros e até mesmo de lazer. São espaços que as elites não freqüentam mais, portanto, o Centro da cidade, ainda é o bairro do trabalhador e talvez onde ele mais se identifica, pois esses lugares tratam-se de:

(...) lugares simbólicos, promovidos a símbolos por um processo de memorização consciente e militante, tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento no qual mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados^{xviii}.

Tanto a CUT como a CGT, por exemplo, intercalaram esses locais tradicionais com espaços urbanos onde reside a classe trabalhadora. Precisamos investigar, através de depoimentos com os sindicalistas responsáveis pela organização dos atos, se as Centrais Sindicais pensaram em mudar a estratégia de localização dos protestos por uma questão tática (numa tentativa de realizar atos mais massivos, já que os trabalhadores não precisariam se deslocar para as manifestações, até porque as Centrais chegariam até eles), ou se elas realizaram os atos, principalmente no bairro do *Carlito Pamplona*, por uma questão simbólica, numa tentativa de representar os grandes atos de Primeiro de Maio nas portas de fábricas, já que este bairro é um dos poucos redutos industriais da cidade de

Fortaleza. Almejaremos investigar os motivos da utilização desses locais diferenciados nesses anos de atos do Dia do Trabalhador, ou seja, por que a CUT e CGT não se limitaram a um único local – Por exemplo, a Praça José de Alencar, ou Praça do Ferreira para tais comemorações?

São muitas questões a serem respondidas. Existem, outrossim, muitos outros teoremas que poderão ser utilizados em nossa dissertação, cabe apenas, com o estudo empírico das fontes, aproveitá-los e dialogar com os mesmos a fim de que possamos fazer uma boa história dos atos de Primeiro de Maio em Fortaleza.

NOTAS:

iA revogação do Ato Institucional nº 5, a Lei da Anistia e o afrouxamento da Lei de Segurança Nacional podem denotar essa “abertura política”, ocorrida nos Governos Geisel e Figueiredo.

iiPAOLI. Memória, história e cidadania: o direito ao passado in. “O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania”, Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – DPH, São Paulo, 1992 p. 27

iiiSADER, E. “Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980”. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

ivFato que continuaria a denotar o Primeiro de Maio na visão dos empresários, que, durante anos, utilizam-se de propagandas no dia 1º de Maio solicitando o crescimento do país a fim de que estes pudessem oferecer empregos aos trabalhadores, já que na visão deles, o dia 1º de Maio é o dia do Trabalho e não do Trabalhador. PERROT complementa nossa afirmação ao dizer que : *o discurso dominante continua a ser o do emprego, não o da produção: cada vez que um fabricante solicita autorização para fundar uma empresa é a esse argumento – dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos – que ele recorre* PERROT, M. Os excluídos da história, paz e terra, Rio de Janeiro, 1992 pp 20.

vObserva -se fenômeno semelhante nos anos do Estado Novo, onde havia uma série de órgãos controladores dos trabalhadores, não os tratando como sujeitos, e sim, como engrenagens do sistema produtivo brasileiro. Ver em: DUARTE, A. Cidadania e exclusão, ed.UFSC, Florianópolis, 1999.

viSADER, E. “Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980”. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995. pp.32

viiGRACIA, M. Tradição, memória e história dos trabalhadores in. “O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania”, Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – DPH, São Paulo, 1992 p.173

viiiIdem;ibidem

ixTHOMPSON, E.P, “A Formação da Classe Operária Inglesa”, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987. pp.10

xBATALHA, C. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva” in. “Brasil Republicano”.

FERREIRA, J (org.), 2004 pp.163

xiHOBSBAWM, E. “Mundos do Trabalho”, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987 pp. 115

xiiSAHLINS, M. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990 p. 191

xiiiHARDMAN, F. Nem pátria, nem patrão!, São Paulo, Ed.UNESP, 2002. p. 39

xivPALLARES-BURKE, M. As Muitas Faces da História. Nove Entrevistas, São Paulo, Ed. UNESP, 2000. pp.289

xvLocalmente poderíamos citar a oposição à Prefeitura de Fortaleza e ao Governo do Estado. Nacionalmente, a medida provisória número 50, outorgada em 1989 pelo Presidente Sarney tinha como objetivo desarticular o

movimento sindical, proibindo as greves, que eram a tônica nos anos da administração Sarney.

xvi Através de nossa pesquisa hemerográfica, pelo menos, segundo os jornais de época, os atos contavam com média de 1000 pessoas, sendo que, em certos anos, esse montante reduziu-se pela metade.

xvii HARDMAN 2002:53)

xviii RÈBÉRIOUX, M. “Lugares de memória operária” in. “O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania”, Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – DPH, São Paulo, 1992. pp.53